

Feridas abertas

O COLAPSO dos serviços de emergência da rede hospitalar estadual no Rio denuncia, nas cores mais dramáticas, um governo perdido entre a falta de operosidade administrativa e a anestesia de sua sensibilidade social.

OS hospitais, concentrados na Zona Oeste e atendendo a camadas carentes da população, há algum tempo oferecem um espetáculo diário de decomposição da assistência médica pública. E revelam estrepitosamente o escândalo da incúria da administração estadual num setor de sua obrigação prioritária.

O PROCESSO de deterioração se desenvolve em duas direções: a do nenhum investimento nos hospitais e a da péssima remuneração dos profissionais de saúde. O orçamento vigente destina apenas 2,6% da receita do estado para a Secretaria de Saúde, apesar de advertência da Conferência Estadual de Saúde sobre uma necessidade mínima de 13%. Clamorosa evidência do desinteresse da autoridade fluminense por uma frente crítica da proteção social e da qualidade de vida da população.

A POLÍTICA de achatamento salarial completa o quadro de abandono a que os hospitais públicos foram relegados — notadamente o Rocha Faria, o Carlos Chagas, o Getúlio Vargas, o Pedro II e o Alberto Schweitzer

— e não deixa sequer uma pista de como o Governo Leonel Brizola foi capaz de chegar a esse ponto de irracionalidade.

POR que o estado tem que pagar menos aos seus médicos do que a Prefeitura do Rio de Janeiro e, pior, do que muitos municípios fluminenses e do interior do país? O salário base de um médico recém-contratado pelo estado é de Cr\$ 642.203,28. E o maior nível — Cr\$ 802.754,16 — está longe do que se paga, por exemplo, em Angra dos Reis (Cr\$ 2,1 milhões) e Campos (Cr\$ 1,3 milhão). Em São Paulo, os médicos da capital ganhavam em junho Cr\$ 2.057.604; os de Guarujá, Cr\$ 2,1 milhões, os de Campinas, Cr\$ 1,4 milhão. A Prefeitura de Vitória, no Espírito Santo, paga Cr\$ 1,4 milhão, a de Juiz de Fora, Cr\$ 1 milhão. Esses parâmetros se reduzem apenas no Nordeste.

EM face de tamanho desrespeito aos títulos e às responsabilidades profissionais de quem trabalha na rede hospitalar estadual, que mais se poderia esperar, se não a decadência dos serviços e o martírio dos pacientes? A evasão pelo salário atinge não apenas os especialistas, mas todos os médicos. Por isso, um hospital como o Albert Schweitzer pode fazer funcionar apenas 150 dos seus 420 leitos, para uma população estimada em 1,5 milhão de pessoas.

ANTES da evasão, a crise se manifesta com médicos faltando aos plantões — o que leva ao caos os serviços de emergência. Se o próprio hospital não se incumba de transferir os pacientes para onde possam ser tratados, eles se vêem atirados a uma penosa romaria até encontrarem a acolhida possível.

NÃO há por que debitar ao fracasso da implantação do SUS (um processo realmente marcado pela desorganização) a indigência material e operacional dos hospitais estaduais. A responsabilidade essencial é da administração local: um governo não pode criar vácuos ou hiatos de atendimento enquanto se aguardam mudanças no sistema.

O PRESIDENTE do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), já declarou certa vez que os hospitais do estado precisavam ser fechados por falta de condições ou submetidos a interdição ético-profissional.

ELES continuam abertos e exibindo o triste retrato de sua decadência, o que ainda mais se acentua na comparação com o desempenho razoável de hospitais municipais. Abertos, como as feridas de um doente em estado terminal, sem outra perspectiva além de ficar exposto ao testemunho público de sua agonia.